

Literatura e política: caminhos que se bifurcam?

Francisco Carlos Carvalho da Silva¹
Universidade Estadual do Ceará (UECE)
Geórgia Gardênia Brito Cavalcante Carvalho²
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Resumo

O conceito de “Política” é imprescindível para o campo da antropologia e, conseqüentemente, para as demais áreas do conhecimento, como a Literatura. Contudo, faz-se necessário entender como o conceito de “política” era compreendido na polis grega e como é visto hoje; o que contribui bastante para se entender até que ponto uma obra literária pode ser considerada como politicamente comprometida. Assim, uma vez que o presente artigo volta os olhos para o discurso político e suas representações em literaturas de língua inglesa, enfatizamos as relações que se dão entre literatura e política, tendo em vista que as vemos como caminhos que não se bifurcam, mas que se unem e se complementam. Assim sendo, tomamos como início desse percurso histórico o ano de 2019, quando vários acontecimentos, como a ascensão ao poder de líderes de extrema direita dominou o cenário mundial. Nossa metodologia não segue, no entanto, um trajeto cronológico, uma vez que a abordagem empreendida requer certa alternância temporal, tendo em vista que, dependendo das obras literárias utilizadas na análise, avançaremos e recuaremos no espaço temporal sempre que o texto exigir. Como fundamentação teórica, recorreremos, entre outros, aos trabalhos de SAID (2012), BAUMAN & LYON (2013), SILVA (2015), WILLIAMS (2015), CARMO (2018), GREENBLATT (2018).

Palavras-chave Literatura. Política. Cultura

¹ Professor Adjunto de literaturas de língua inglesa no Curso de Letras da Universidade Estadual do Ceará (CH/UECE).

² Doutoranda em Literatura Comparada no Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal do Ceará (UFC).

Considerações iniciais

O ano de 2019 foi palco do avanço de governos de extrema direita por todas as partes do mundo. Como por exemplo, tem-se o governo de Mateo Salvini, na Itália, Viktor Orbán, na Hungria, Andrzej Duda, na Polônia, Donald Trump, nos Estados Unidos e Jair Bolsonaro, no Brasil. As ideias conservadoras e neofascistas da maioria desses governos não começaram exatamente no ano de 2019, mas foram gestadas já nos anos anteriores, inclusive por intermédio de golpes parlamentares, como o que derrubou a presidenta Dilma Rousseff, em 2016, no Brasil, abrindo caminho para o governo fascitóide que foi alçado ao poder em 2018.

Com a ascensão da extrema direita, as minorias passaram a viver sob constantes ataques, os quais se dão, quase sempre, em nome das mais absurdas alegações. Neste contexto, proliferaram agressões, atentados, mortes, feminicídios e notícias falsas. Somente no ano de 2019 registraram-se, por exemplo, mais de mil mortes de refugiados e migrantes, que tentaram escapar da fome, da miséria e de perseguições políticas e religiosas ao tentarem atravessar o Mar Mediterrâneo. Embora assustadores, os números de 2019 já se repetiam desde 2013, sem que as organizações mundiais tivessem demonstrado real interesse em resolver tal situação. Em contexto como o exposto, crescem as violações, os atentados aos direitos humanos e às liberdades individuais. Entre tantos, mulheres, crianças e negros são os mais vulneráveis às ameaças e aos perigos, que vão do cerceamento ao silenciamento, bem como à violência física nos mais variados níveis que, não muito raro, resulta em morte.

Assim sendo, são indispensáveis todas as discussões e estudos que voltem os olhos para a relação que se dá entre literatura e política. Dizemos “indispensáveis”, uma vez que o mundo vive um retrocesso político que só se compara aos períodos mais sombrios da história da humanidade, quando o mundo se viu diante da escravização, do holocausto, do fascismo e do nazismo, por exemplo. Atualmente, poucos são os países que passam incólumes pela dor e pela tristeza que se abate sobre todos nós. E não importa se coisas assim aconteçam no Sudão, na Bielorrússia, na Líbia ou na Somália. Onde quer que aconteçam, também acontecem conosco, pois não somos ilhas isoladas, como nos diz o poeta John Donne (1572 – 1631). E parafraseando-o, afirmamos que todos nós somos parte um do outro e, conseqüentemente, parte desse Planeta, que grita desesperadamente por socorro, enquanto nossos olhos e ouvidos estão voltados para o lado.

Diante do que tem acontecido, tem-se a impressão de que os “bárbaros” tomaram o mundo, o que nos impele a revisitar o poema *À espera dos bárbaros*, de Konstantinos Kavafis (1863 – 1933), que nos seus versos iniciais diz:

- Que esperamos na ágora congregados?

Os bárbaros hão de chegar hoje.

- Por que tanta inactividade no Senado?

Porque estão lá os Senadores e não legislam?

Porque os bárbaros chegarão hoje.

Que leis irão fazer já os Senadores?

Os bárbaros quando vierem legislarão. (KAVAFIS, 2005:221)³

O referido poema é de 1904, e serviu de título ao romance do escritor sul-africano J. M. Coetzee, publicado no Brasil no ano de 1980. O romance *À espera dos bárbaros*, de Coetzee, é ambientado em um remoto posto avançado do Império, onde um velho magistrado se defronta com a chegada dos especialistas em interrogatório. Como não poderia deixar de ser, o sadismo dos torturadores alcança homens, mulheres e crianças, os quais são submetidos às mais impiedosas formas de tortura. Na encruzilhada entre a lealdade ao governo e a compaixão pelas vítimas, o velho magistrado se vê imerso numa crise de consciência, que resulta no conflito humano entre a luta pela dignidade e a obediência cega a um regime autoritário e cruel. Aqui, em Kavafis e Coetzee, tem-se um claro exemplo da relação simbiótica entre literatura e política.

O conflito humano do qual trata a narrativa de Coetzee está na base da literatura universal, cujas temáticas não são outras senão o amor, a vida e a morte, ou seja, o absurdo da condição humana, como discutido por Albert Camus (1913 – 1960), em seu *O mito de Sísifo* (1941), por Hannah Arendt (1906 - 1975) em *A condição humana* (1958) e que se constitui como elemento basilar para a compreensão da dramaturgia de Samuel Beckett (1906 – 1989), por exemplo. Em suma, os bárbaros, cuja chegada tanto se temeu, sempre estiveram aqui, pois não são outros se não nós mesmos.

Política: para além de uma mera lexia

Antes de apresentarmos outras relações entre literatura e política, faz-se necessário observarmos algumas considerações acerca da concepção de política na Grécia

³ A tradução do grego para o português lusitano é de Joaquim Manuel Magalhães e Nikos Pratsinis, para a edição de *Os Poemas*, de Konstantinos Kavafis (2005), publicada pela Relógio d'Água Editores.

Antiga, tendo em vista que é tal concepção que ainda se mantém, de certo modo, como base para a compreensão desse conceito na contemporaneidade. O texto do verbete “política”, constituinte do *Dicionário de conceitos históricos* (2015), organizado por Kalina Vanderlei Silva e Maciel Henrique Silva, nos diz que:

O termo “política” foi cunhado na atividade social desenvolvida pelos homens adultos da polis grega. Toda a vida social grega estava assentada na atividade política. Aristóteles, na Grécia antiga, tinha uma visão bastante otimista da política: ele a pensou como a ciência que estuda o *sumo bem*, e como a finalidade da política é o bem humano, ela devia abranger todas as outras ciências. Essa finalidade poderia ser alcançada e preservada tanto para o indivíduo como para o Estado, mas seria preferível atingi-la para o Estado como um todo, por este englobar mais indivíduos. Aristóteles pensava que a prática política e a virtude caminhavam juntas. Segundo ele, o homem verdadeiramente político gozava da reputação de haver estudado a virtude “acima de todas as coisas”. No contexto de Aristóteles, a política era uma atividade ética que tinha a função pedagógica de transformar os homens em cidadãos. (SILVA, 2015:336)

Para o filósofo grego, a concepção do que deveria ser entendido como cidadão variava de acordo com o tipo de governo. Mas em resumo, o cidadão era aquele que participava ativamente da elaboração e da execução das leis, o que se excluía as mulheres e os escravizados, tidos como cidadãos de segunda classe. Observemos aqui, que a concepção aristotélica para cidadão, mesmo excludente, é posta como sinônimo de sujeito. No contexto político atual, o exercício da cidadania não se limita à participação na elaboração e na execução das leis. Ser cidadão implica em cobrar e exigir dos representantes legais que as leis sejam postas em prática para o bem comum da sociedade como um todo. Se na Grécia Antiga o conceito de política se aproximava, e até se confundia com o de ética, o que não impedia, por exemplo, que o exercício político se desse pelo viés do poder, quiçá da tirania, na contemporaneidade seu sentido está circunscrito àquilo que diz respeito à gestão dos negócios públicos, assim como às demandas da sociedade civil organizada, que busca ter suas reivindicações atendidas. Tais concepções são importantes para que se compreenda os imbricamentos que se dão entre literatura e política.

Literatura e política: caminhos que se bifurcam?

As relações entre literatura e política não são recentes, tendo em vista que a literatura sempre foi um veículo de contestação do *status quo*. Para alguns, no entanto, os caminhos entre literatura e política se bifurcam, pois acreditam eles que a literatura existe

apenas no mundo das ideias, enquanto à política está reservada a ação. Tal percepção, além de equivocada, se mostra um tanto inocente, uma vez que, como bem afirma Carmo (2018):

A relação óbvia se estabelece quando se observa que a política é um modo de ação conciliatório e consensual de legitimação do poder, no qual um grupo de indivíduos, que se faz social, tem para si o domínio sobre as decisões que envolvem outros grupos representados ou não institucionalmente. Na prática, no âmbito de possíveis camadas de articulação, tem na política, ou no exercício do que chamamos de política uma de suas articulações. Jean-Paul Sartre já sinalizava, em um pressuposto existencialista que se consolidou, o princípio que move a narrativa, por extensão a literatura, no qual o comprometimento está no movimento da própria vida. Se temos uma ação, essa ação é uma escolha; logo, essa responsabilidade nos faz ser políticos a todo o momento. (CARMO, 2018:1)

Neste sentido, ainda conforme Carmo (2018:2): “a literatura se revela política mesmo quando não se mostra como tal. O ato de não ser político é um ato político, de negação, porém, ato político”. Assim sendo, como não considerar políticos textos poéticos como a *Epopéia de Gilgamesh* (séc. VII a.C) o *Popol Vuh* (séc. XVI) ou o *Mahabharata* (séc. IV a.C)? E o que dizer dos poemas de Homero, fundadores da literatura ocidental, a *Odisseia* (séc. VIII a.C) e a *Ilíada* (séc. VIII a.C)? Na *Odisseia*, por exemplo, há um diálogo emblemático quando Telêmaco diz para que Penélope, sua mãe, cale-se, pois os homens estão conversando. Há, na referida passagem, assim como ocorre em outras obras clássicas, raízes do machismo e da misoginia que aterrorizam o mundo desde então. Tem-se naquele “diálogo” um dos registros mais antigos do silenciamento ao qual as mulheres foram submetidas ao longo da história da humanidade.

As relações de mando do patriarcado e o apagamento da mulher enquanto sujeito é, sim, uma questão política das mais importantes e da qual não faltam exemplos não apenas na literatura clássica, mas também na moderna e na contemporânea. E o que dizer da invasão, e consequente destruição de Troia, na *Ilíada*? Não seria este também um dos mais antigos registros de como o braço armado da política cai sobre os oponentes, sem que se leve em consideração quem morra ou viva? E o que dizer do teatro grego? Quão políticas não são as peças *Lisístrata* (411 a.C), de Aristófanes ou *Antígona* (442 a.C), de Sófocles? E o quão político não são os textos sagrados referenciais na maioria das religiões, mas que muitas vezes seus usos são limitados apenas aos superficiais usos dogmáticos?

Em William Shakespeare (1564-1616), os caminhos entre literatura e política se cruzam e são gritantes, especificamente nas tragédias, sabendo-se que o autor sofreu

influência tanto das tragédias gregas quanto daquelas produzidas por Sêneca (4 a.C – 65 d.C.). E é em Shakespeare que se tem, provavelmente, uma das mais efetivas relações entre a literatura e a política. Em defesa do que afirmamos, convém recorrermos ao livro *Tyrant: Shakespeare on politics*⁴, em cujo capítulo intitulado “Oblique Angles”, Stephen Greenblatt discorre sobre a figura do tirano na obra shakespeariana.

O texto em questão foi traduzido para o português como “O tirano segundo Shakespeare”⁵. Lá, o crítico retoma um questionamento que teria incomodado Shakespeare por toda sua vida. O questionamento é: “... how is it possible for a whole country to fall into the hands of a tyrant”⁶ O livro de Greenblatt é bastante oportuno, quando se discute as relações que se dão entre literatura e política, pois como o próprio autor chegou a afirmar, seu livro é uma resposta erudita aos desmandos da Era Trump, o que corrobora aquilo que afirmamos nas considerações iniciais deste trabalho. Greenblatt, citando o estudioso escocês George Buchanan (1506 – 1582), que diz: “A king rules over willing subjects and a tyrant over unwilling.”⁷, afirma que

The institutions of a free society are designed to ward off those who would govern, as Buchanan put it, “not for their country but for themselves, Who take account not for the public interest but of their own pleasure”. Under what circumstances, Shakespeare asked himself, do such cherished institutions, seemingly deep-rooted and impregnable, suddenly prove fragile? Why do large numbers of people knowingly accept being lied to? How does a figure like Richard III or Macbeth ascend to the throne?⁸ (GREENBLATT, 2018:1)

E prossegue:

Such a disaster, Shakespeare suggested, could not happen without widespread complicity. His plays probe the psychological mechanisms that lead a nation to abandon its ideals and even its self-interest. Why would anyone, He asked himself, be drawn to a leader manifestly unsuited to govern, someone dangerously impulsive or viciously conniving or indifferent to the truth? Why, in some circumstances, does evidence of mendacity, crudeness, or cruelty serve not as a fatal disadvantage but as an allure, attracting ardent followers? Why do otherwise proud and self-respecting people submit to the sheer effrontery

⁴ GREENBLATT, Stephen. *Tyrant: Shakespeare on politics*. USA: W. W. Norton and Company, 2018.

⁵ Traduzido por Leonardo Fróes e disponível em <https://www.revistaserrote.com.br/2020/04/o-tirano-segundo-shakespeare-por-stephen-greenblatt/>

⁶ Como é possível que um país inteiro se deixe dominar por um tirano? (Tradução nossa).

⁷ Um rei governa súditos que o aceitam, enquanto um tirano governa aqueles que o rejeitam. (Tradução nossa).

⁸ As instituições de uma sociedade livre destinam-se a se precaver contra os que possam governar, como diz Buchanan, “não para seu país, mas para si mesmos, não levando em conta o interesse público, e sim seu próprio prazer”. Em que circunstâncias, Shakespeare se indaga, instituições tratadas com muito zelo, aparentemente sólidas, enraizadas a fundo, de uma hora para outra se mostram frágeis? Por que grupos tão grandes de pessoas aceitam conscientemente que lhes digam mentiras? De que modo uma figura como Ricardo III ou Macbeth ascende ao trono? (Tradução de Leonardo Fróes)

of the tyrant, his sense that he can get away with saying and doing anything He likes, his spectacular indecency?⁹ (GREENBLATT, 2018:1-2)

Assim sendo,

Shakespeare repeatedly depicted the tragic cost of this submission – the moral corruption, the massive waste of treasure, the loss of life – and the desperate, painful, heroic measures required to return a damaged nation to some modicum of health. Is there, the plays ask, any way to stop the slide toward Lawless and arbitrary rule before it is too late, any effective means to prevent the civil catastrophe that tyranny invariably provokes?¹⁰ (GREENBLATT, 2018:2)

A questão que inquietou o bardo inglês durante toda sua vida é a mesma da qual trata Étienne de La Boétie (1530 – 1563) em seu *Discurso da servidão voluntária* (1576), no qual afirma que a tirania se destrói sozinha. Mas isso só se dá quando os indivíduos se recusam a serem tiranizados. Em seu ensaio, no tópico intitulado “não só perdeu a liberdade, mas ganhou a servidão”, La Boétie afirma:

É incrível ver como o povo, quando é submetido, cai de repente num esquecimento tão profundo de sua liberdade, que não consegue despertar para reconquistá-la. Serve tão bem e de tão bom grado que se diria, ao vê-lo, que não só perdeu a liberdade, mas ganhou a servidão. (LA BOÉTIE, 2009:44)

Como dito, a inquietação de Shakespeare é a mesma de La Boétie, o que nos faz pensar se o autor de *Hamlet* não teria lido o ensaio do colega francês, que foi publicado parcialmente em 1574 e, de forma completa, em 1576. Uma vez que Shakespeare morre em 1616, aos 52 anos de idade, é possível que tenha lido o referido texto. Sobre La Boétie e seu ensaio, trazemos aqui uma apreciação feita por Zygmunt Bauman e Lyon (2013), quando dizem:

⁹ Shakespeare sugeriu que uma desgraça dessas não poderia acontecer sem que houvesse cumplicidade generalizada. Suas peças investigam os mecanismos psicológicos que levam uma nação a abandonar seus ideais e até seu próprio interesse. Por que alguém se deixaria atrair, perguntou-se ele, por um líder obviamente despreparado para governar, que seja perigosamente impulsivo ou conivente com a corrupção ou indiferente à verdade? Por que, em certas circunstâncias, um indício de falsidade, crueldade ou grosseria não atua como desvantagem fatal, e sim como um chamariz, atraindo ardorosos seguidores? Por outro lado, por que pessoas altivas e que se respeitam submetem-se à absoluta desfaçatez do tirano, à sua impressão de poder seguir em frente dizendo e fazendo o que bem queira, à sua espetacular falta de compostura? (Tradução de Leonardo Fróes)

¹⁰ Repetidas vezes Shakespeare retratou o ônus trágico dessa submissão – a corrupção moral, o esbanjamento vultoso do tesouro, a perda de vidas – e as medidas heroicas, desesperadas, dolorosas, necessárias para trazer uma nação combalida de volta a um mínimo de sanidade. Há alguma maneira, perguntam as peças, de interromper o deslize para um poder arbitrário e ilegal antes de ser tarde demais, algum meio eficaz para evitar a catástrofe civil que a tirania invariavelmente provoca? (Tradução de Leonardo Fróes)

Não sei se Étienne de La Boétie realmente existiu ou se foi inventado por Michel de Montaigne para evitar a ameaça de ser punido por escrever um texto altamente perigoso, irônico e rebelde (nesse caso, o júri ainda está decidindo). Porém, independentemente de quem seja o autor, o Discurso da servidão voluntária ainda merece ser relido, em particular por aqueles que se maravilham com novidades e deixam de perceber a continuidade por trás das descontinuidades. (BAUMAN e LYON, 2013: 59)

Em outro contexto, séculos depois de Shakespeare e de La Boétie, George Orwell (1903 – 1950), atento a continuidade que se dá por trás das descontinuidades, apontará sua literatura para questões políticas, que objetivam denunciar não a figura do tirano em si, mas os sistemas autoritários vigentes no século XX, especificamente o stalinismo, como o faz em *Animal farm* (1945), assim como quando descreve a sociedade distópica do seu romance 1984, de 1949, ainda atual no que diz respeito às perseguições ao livre pensar e a presença cada vez mais forte dos sistemas de liberdade vigiada. A literatura de Orwell antecipou em alguns anos as discussões que se dariam acerca das consequências de se ter uma sociedade vigiada, sem que se saiba exatamente o uso político que é feito com os registros de imagens, dados pessoais e áudios que são armazenados pelos sistemas de vigilância. Sobre esta questão, Bauman e Lyon (2013) são assertivos quando afirmam que:

(...) À medida que esse mundo vem se transformando ao longo de sucessivas gerações, a vigilância assume características sempre em mutação. Hoje, as sociedades modernas parecem tão fluidas que faz sentido imaginar que elas estejam numa fase “líquida”. Sempre em movimento, mas muitas vezes carecendo de certezas e de vínculos duráveis, os atuais cidadãos, trabalhadores consumidores e viajantes também descobrem que seus movimentos são monitorados, acompanhados e observados. A vigilância se insinua em estado líquido. (BAUMAN e LYON, 2013:8)

Assim sendo, do ponto de vista político, cultural e social, as observações de Bauman e Lyon (2013) apontam para a necessidade de nos mantermos alertas quanto às novas tecnologias (que não são tão diferentes daquelas imaginadas por Orwell, bem como no que diz respeito aos regimes regulatórios, para que se possa ter uma noção da amplitude do que ocorre). Logo, é preciso saber que nas sociedades democráticas é condição *sine qua non* que haja diálogo entre cultura e política, sendo inconcebível que o Estado aja sobre a cultura de forma a aparelhar-lhe para fins políticos pessoais. Aos escritores, cabe o dever se posicionar, tecendo críticas às formas de opressão e preconceitos cada vez mais recorrentes na nossa sociedade, cabendo a estes a maneira como afirmarão seu posicionamento político e como, por meio deste, educarão outros

escritores, pois “um escritor que não ensina outros escritores não ensina ninguém” (BENJAMIN, 1994: 132). Ou seja, o escritor é um agente político, sim, e aquilo que escreve ou deixa de escrever tem significado político, sendo capaz de reverberar, para o bem ou para o mal, nas ações da sociedade.

Em *Walter Benjamin: o marxismo da melancolia* (1989), Leandro Konder reforça que:

Walter Benjamin estava convencido de que a arte, afinal, não é politicamente “neutra”, exatamente porque não se limita a produzir meros “documentos” e, por si mesma, interfere no movimento transformador dos valores, dos costumes e das relações sociais. Artista, então, deveria tomar consciência da sua situação histórica e assumir posições consequentes. “Quem não consegue tomar partido” – advertia nosso crítico – “deve se calar”. (KONDER, 1989:40)

Concordamos com Benjamin (1892 – 1940), pois se espera do escritor, bem como dos artistas em geral, um posicionamento político que se dê em prol dos humilhados e subjugado, tendo em vista que toda arte é ideologicamente comprometida, o que não é diferente com a literatura, uma das mais políticas das artes. O posicionamento do filósofo alemão dialoga com o do escritor brasileiro Mario de Andrade, quando em entrevista concedida a Francisco de Assis Barbosa, contesta o caráter apolítico do artista. Diz ele:

(...) O artista, mesmo que queira, jamais deverá fazer uma arte desinteressada. O artista pode pensar que não serve a ninguém, que só serve à Arte, digamos assim. Aí está o erro, a ilusão. No fundo, o artista está sendo um instrumento nas mãos dos poderosos. O pior é que o artista honesto, na sua ilusão de arte livre, não se dá conta de que está servindo de instrumento, muitas vezes para coisas terríveis. É o caso dos escritores apolíticos, que são servos inconscientes do fascismo, do capitalismo, do quinta-colunismo. (...) O escritor então é responsável até pela grafia das palavras, quanto mais pelo que transmite por elas. Se a sociedade está em perigo, conclui-se que o escritor tem a obrigação indeclinável de defendê-la (BARBOSA, 1974:10-11)

Escritores como Shakespeare, Kavafis, Coetzee e Orwell, por exemplo, posicionam-se por intermédio do seu ofício, que é o uso da palavra escrita utilizada como forma de denunciar as desigualdades e alertar o leitor, para outras possibilidades além daquelas que lhes são disponibilizadas pelo Estado. Neste sentido, é preciso dedicar atenção às maneiras violentas como os Estados autoritários costumam agir, na tentativa de se impor e impor suas determinações, como aquelas que podem ser observadas, por exemplo, em *Fahrenheit 451* (1953), de Ray Bradbury (1920 – 2012), quando o Estado investe toda sua força contra as formas de cultura, especificamente a literatura. No cenário distópico imaginado por Bradbury, os bombeiros são aqueles responsáveis por queimarem os livros, numa clara denúncia às ações do fascismo, que odeia o

conhecimento, e que ainda se mantém vivo nas mentes de muitos. O contexto político explicitado pela literatura de Bradbury no seu *Fahrenheit 451* é o avesso do contexto político contemporâneo, onde a política deve ser tomada como o exercício da razão na esfera pública.

O exercício da razão, como afirma Achille Mbembe na obra *Necropolítica: biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte*, de 2018, equivale ao exercício da liberdade, um elemento-chave para a autonomia individual. Aqui, pode-se questionar como se daria tal autonomia individual em sociedades nas quais às pessoas pobres são negados os direitos mais básicos à sobrevivência. Em sociedades excludentes e aporofóbicas como essas, a brasileira incluída, até mesmo a fala tem sido negada, pois para os donos do poder o subalterno não pode falar, mas apenas obedecer e produzir, como numa espécie de escravização contemporânea. Sobre a questão da autonomia individual, bem como acerca da ideia de soberania, Mbembe (2018) afirma: “Minha preocupação é com aquelas formas de soberania cujo projeto central não é a luta pela autonomia, mas a instrumentalização generalizada da existência humana e a destruição material de corpos humanos e populações”.

A reflexão de Mbembe nos chama a atenção, por exemplo, para os alertas que são dados por Margaret Atwood em *O conto da aia* (1985), quando a autora canadense, por meio de sua literatura especulativa, discute a possibilidade da ascensão de um governo teocrático nos Estados Unidos da América, capaz de dispor e decidir sobre os corpos e as vidas das mulheres. O questionamento presente na narrativa de Atwood se constitui como exemplo de engajamento político de escritores, como forma de enfrentamento à alienação e à barbárie. E embora a palavra “engajamento” possa soar anacrônica na liquidez dos dias de hoje, seu sentido continua atual, o que nos remete às palavras de Sartre, quando diz:

Se a literatura não for tudo, não vale a pena sequer por um minuto. É o que chamo de engajamento. Ela fenece se for reduzida à inocência, às canções. Se cada frase escrita não ressoar em todos os níveis do homem e da sociedade, ela não significa nada. A literatura de uma época é a época digerida pela literatura. (SARTRE, apud WILLIAMS, 2015:115-116)

Os posicionamentos políticos da literatura em defesa das pessoas cujas vozes são cotidianamente sequestradas se dão, não somente, mas também, a partir do engajamento político de escritores e escritoras. Sobre essa questão, ao ser perguntado por que escrever, o escritor Jáder de Carvalho (1901-1985) disse: “(...) Para servir de porta-voz aos oprimidos e humilhados, que nem sempre têm uma voz fiel, exata, leal e sincera, de que eles se possam servir” (LEAL, 2000:57). A fala de Carvalho encontra respaldo naquilo que o crítico Edward Said (1935 – 2003) observa em “O papel público de escritores e intelectuais”, quando aponta que:

(...) no início do século XXI, o escritor segue assumindo cada vez mais atributos oposicionistas em atividades como a de dizer a verdade diante do poder, ser testemunha de perseguição e sofrimento, além daquele de dar voz à oposição em disputas contra a autoridade. Sinais da mescla de um ao outro teriam de incluir o caso de Salman Rushdie, em todas as suas ramificações; a formação de numerosos parlamentos e congressos de escritores, que se dedicam a assuntos como a intolerância, o diálogo entre culturas, a disputa civil (como na Bósnia e na Argélia), liberdade de expressão e censura, verdade e reconciliação (como na África do Sul, Argentina, Irlanda e em outros lugares); no papel simbólico especial do escritor como um intelectual que testemunha a experiência de um país ou de uma região, dando a essa experiência, portanto, uma identidade inscrita para sempre na agenda discursiva global. (SAID, 2012:29)

As questões de literatura e política sobre as quais estamos discorrendo aqui se constituem como partes de um arcabouço muito maior denominado de Cultura que, tomada no sentido etnográfico mais amplo, conforme defende o antropólogo Edward B. Tylor (1832 – 1917), na obra *Primitive Culture* (1871), deve ser compreendida como um todo complexo que inclui conhecimento, crença, arte, moral, lei e costumes; assim como qualquer outra capacidade ou hábito que possa ser assimilado pelo ser humano, enquanto membro de uma determinada sociedade. Embora Tylor seja considerado o pai do conceito moderno de cultura, muito daquilo que defendia já não encontra consenso atualmente, uma vez que as concepções daquilo que seja cultura evoluem conforme evoluem as sociedades, o que requer novos olhares para novos e velhos horizontes.

Assim, em consonância com seu tempo, a literatura, por intermédio da tessitura das suas personagens e tramas narrativas, costuma lançar olhares por sobre a humanidade, observando as transformações que se dão no seu curso, com o intuito de trazer à tona algumas das mudanças sociopolíticas e culturais que surgem ao longo dos tempos, notando-se como seus impactos repercutem na sociedade. Para tanto, faz-se necessário que a literatura produzida no contexto da contemporaneidade leve em consideração, por exemplo, os efeitos da globalização e do mercado, bem como o poder da mídia, considerando-se forma, conteúdo e ação; o que significa dizer que não se pode ignorar o funcionamento dos produtos culturais, assim como as práticas socioculturais que se impõem e interferem no fazer literário que se dá no contexto da cultura contemporânea. Destarte, defendemos que não se pode avançar em uma discussão sobre literatura e política sem que se leve em consideração a Cultura.

Diante do exposto, conclui-se com Plekhanov, citado por Eagleton (2011), que “a mentalidade social de uma época é condicionada pelas relações sociais dessa

época. Não há outro lugar em que isso fica mais evidente que na História da Arte e da Literatura”. Desta forma:

As obras literárias não são misteriosamente inspiradas, nem explicáveis simplesmente em termos da psicologia dos autores. Elas são formas de percepção, formas específicas de se ver o mundo; e como tais, elas devem ter uma relação com a maneira dominante de ver o mundo, a “mentalidade social” ou ideologia de uma época. Essa ideologia, por sua vez, é produto das relações sociais concretas das quais os homens participam em um tempo e espaço específicos; é o modo como essas relações de classe são experienciadas, legitimadas e perpetuadas (...). Portanto, compreender o Rei Lear, *The Dunciad* ou Ulisses significa mais do que interpretar seu simbolismo, estudar sua História Literária e incluir anotações sobre fatos sociológicos relacionados. Significa, antes de tudo, compreender as relações complexas e indiretas entre essas obras e os mundos ideológicos que elas habitam (...). (PLEKHANOV apud EAGLETON, 2011: 20)

Na tentativa de ampliar a discussão acerca das relações entre literatura e política, especificamente nas literaturas de língua inglesa e o campo da cultura, é necessário compreender o que deve ser entendido como cultura contemporânea. Assim, se a cultura abrange um amplo campo de discussões e compreensões, a cultura contemporânea, por sua vez, é mais específica, e objetiva discutir questões que se dão no curso da contemporaneidade. Isso, no entanto, não afasta tais discussões daquilo que se estabelece como “tradição”, ao contrário, a cultura contemporânea mantém laços indissolúveis com a tradição, mas caminha cada vez mais rápido e cada vez mais adiante no tempo e no espaço, sem que esses laços impliquem em formas de manutenção de um *status quo* cultural.

Dessa forma, concordamos com Castoriadis (2009:11), que compreende o termo cultura como uma acepção intermediária entre seu sentido usual em francês como “obras do espírito”, o acesso do indivíduo a elas e seu sentido na antropologia americana, que cobre a totalidade da instituição da sociedade, tudo que a diferencia e opõe sociedade por um lado, animalidade e natureza, do outro. Assim sendo, continua o autor de *Janelas sobre o caos* (2019), a cultura deve ser compreendida como tudo aquilo que, na instituição de uma sociedade, vai além da dimensão conjuntista-identitária (funcional-instrumental) e que os indivíduos desta sociedade tomam posse positivamente como “valor” na mais ampla acepção da palavra, tal qual se dá na Paideia dos gregos, uma vez que a Paideia abrange, de forma indissolúvel, os processos instituídos mediante os quais o ser humano, no decorrer de sua fabricação social como indivíduo, é conduzido a reconhecer e tomar posse positivamente dos valores da sociedade. Esses valores não são dados por uma instância externa, nem descobertos pela sociedade em camadas naturais ou em um céu da

Razão. Eles são, reitera Castoriadis, em todas as ocasiões, criados pela sociedade, considerada como núcleo de sua instituição, baliza última e irreduzível da significação, polos de orientação do fazer e do representar social.

Desse modo, a cultura contemporânea vai direcionar sua atenção para um objeto amplo, que envolve temas como religião, mídia, economia, arte, sociopolítica, redes sociais, cidades, cotidiano, interseccionalidade, decolonização, história, etnia, racismo, migração, totalitarismo, diáspora africana, pós-colonialismo, ecologia, gênero e educação, entre inúmeras outros. Em síntese, a cultura contemporânea é a cultura de uma sociedade ou de um povo específico no contexto da contemporaneidade, o que nos permite ver com olhos mais atentos, não apenas, mas aqueles autores e aquelas autoras ignoradas pelos cânones, bem como a literatura que se dedica a “colocar o dedo na ferida” e discutir questões como a escravização, o racismo, a invisibilização e a objetificação da mulher negra, por exemplo.

Assim sendo, diferentes e novas formas culturais implicam, necessariamente, em novas e diferentes significações para a existência humana, resultando também em novas formas de expressões artísticas e interações no meio social. A apreensão dos conceitos que embasam a cultura contemporânea não descarta a aproximação com as bases histórico-culturais, como o exigido quando do estabelecimento das relações entre literatura e política na atualidade.

E aqui, recorreremos ao filósofo Giorgio Agamben, quando ao retomar o texto da lição inaugural do curso de Filosofia Teorética, que ministrou na Faculdade de Arte e Design do IUAV de Veneza, nos anos de 2006 e 2007, discorre sobre o que é o contemporâneo. A fala do filósofo consta do livro *O que é o contemporâneo? E outros ensaios* (2009), publicado no Brasil pela editora Argos, com tradução de Vinicius Nicastro Honesko. A obra, além do texto de apresentação, traz três ensaios cujos nomes são: “O que é um dispositivo?”, “O que é o contemporâneo?” e “O amigo”. O ensaio que mais nos interessa aqui é aquele intitulado “O que é o contemporâneo?”. Na abertura do seminário em questão, Agamben faz dois questionamentos que se complementam. Diz ele:

A pergunta que gostaria de escrever no limiar deste seminário é: “De quem e do que somos contemporâneos? E, antes de tudo, o que significa ser contemporâneo? No curso do seminário deveremos ler textos cujos autores de nós se distam muitos séculos e outros que são mais recentes ou recentíssimos: mas, em todo o caso, essencial é que consigamos ser de alguma maneira contemporâneos desses textos. O “tempo” do nosso seminário é a contemporaneidade, e isso exige ser contemporâneo dos textos e dos autores que examinam. (AGAMBEN, 2009:55)

Os questionamentos levantados pelo autor de *Ideia de prosa* (2016) se aproximam daquilo que afirmamos ao longo deste artigo, e trazem para o centro do debate a questão que se dá em torno das relações entre literatura e política, o que aponta, obrigatoriamente, para algumas das temáticas que têm sido discutidas nas narrativas que elencamos até agora, nos remetendo a T. S. Eliot, que de maneira mais abrangente, em *Notas para a definição de cultura* (2011:11), defende que a cultura pode mesmo ser descrita simplesmente como aquilo que torna a vida mais digna de ser vivida. E como tornar a vida mais digna de ser vivida, sem o entrelaçamento dos fios que perpassam os meandros da política e da arte? Acerca do que afirma Eliot, COMPAGNON (2009:48) ressalta que “a condição humana não pode ser compreendida em sua complexidade sem o auxílio da literatura”. E, por nosso turno, defendemos que esta não pode ser compreendida em sua totalidade sem o auxílio da política.

Neste sentido, a compreensão da literatura produzida pela humanidade não pode ser apreendida sem que seja lida com “olhos políticos” voltados para o que a vida grita. Chegando até aqui, já se pode responder o questionamento de Antonio Candido, quando em *Literatura e Sociedade* (2000), pergunta: “qual a influência exercida pelo meio social sobre a obra de arte”? Uma resposta possível ao questionamento feito pelo crítico seria afirmar que não se pode, por exemplo, compreender a ficção científica de Octavia Butler (1947 – 2006) sem levar em consideração o racismo e a escravidão nos Estados Unidos, assim como o afrofuturismo enquanto pilar central na sua obra, o que também pode ser observado nas obras de Toni Morrison, James Baldwin, Ralph Ellison, Alice Walker ou Zora Neale Hurston, entre inúmeros outros. Como ignorar o caráter político das peças *The Zoo Story* (1958), de Edward Albee (1928 – 2016) e *Longa jornada noite adentro*, (1956), de Eugene O’Neill (1888 – 1953) ou o preconceito racial em *A raisin in the Sun* (1959), de Lorraine Hansberry (1930 – 1965) e o machismo e a misoginia em *Um bonde chamado desejo* (1947), de Tennessee Williams (1911 – 1983), quando todos esses autores e autoras escreveram influenciados pelo ambiente sociopolítico em que viveram?

Esses pouquíssimos exemplos servem para comprovar que os laços entre literatura e política sempre estiveram atados. Se por alguma infelicidade ou razão se bifurcam, logo voltam a se atar. E assim o são, e continuarão a ser, pois escritores e escritoras costumam ter olhos atentos e fortes para o que nos acontece ao redor. Se na década de 60 a poesia política de Bob Dylan já nos chamava a atenção para os tempos de

ebulição e mudança, quando dizia “The times they are a-changing”, hoje não é muito diferente.

Uma prova disso é a obra de Abdulrazak Gurnah, autor nascido na Tanzânia, radicado no Reino Unido, e vencedor do Prêmio Nobel de Literatura no ano de 2021. Gurnah traz para sua obra um tema político, um dos mais emergenciais, talvez o mais urgente de todos, que é a situação dos refugiados e migrantes, de quem a literatura ainda fala muito pouco. Ao discorrer sobre refugiados, indiretamente Bauman fala das personagens que preenchem as narrativas de Gurnah e, em termos gerais, são assim descritos pelo teórico polonês (2017):

Refugiados da bestialidade das guerras, dos despotismos e da brutalidade de uma existência vazia e sem perspectivas têm batido à porta de outras pessoas desde o início dos tempos modernos. Para quem está por trás dessas portas, eles sempre foram – como o são agora – estranhos. Estranhos tendem a causar ansiedade por serem “diferentes” – e, assim, assustadoramente imprevisíveis, ao contrário das pessoas com as quais interagimos todos os dias e das quais acreditamos saber o que esperar(...). E a ignorância quanto a como proceder, como enfrentar uma situação que não produzimos nem controlamos, é uma importante causa de ansiedade e medo. (BAUMAN, 2017:14)

Ao justificar a escolha de Gurnah como vencedor do Prêmio Nobel de Literatura de 2021, a Academia sueca, disse que o Prêmio lhe era merecido “por sua comovedora descrição dos efeitos do colonialismo na África e do destino dos refugiados, no abismo entre diferentes culturas e continentes”. A Academia não se equivocou, uma vez que em um mundo cada vez mais autoritário e desigual, a literatura e a política são cada vez mais necessárias e urgentes, havendo ainda muito a ser dito. É necessário, contudo, que o discurso político na literatura não seja caricato, simplório ou dogmático, o que resultaria em textos panfletários e vazios. Mas que seja como aqueles observáveis nas literaturas de Abdulrazak Gurnah e Chinua Achebe, por exemplo, que são faróis na imensidão de uma neblina de dor, ódio e exclusão que quase nunca se dissipa, enquanto o mundo se despedaça.

Considerações finais

As discussões sobre literatura e política são bastante amplas e, ainda bem, possuem vieses diferentes do que apresentamos aqui. Há, e isso é muito bem-vindo, posicionamentos diferentes, uma vez que há pessoas que, ao contrário do que defendemos, acham que a literatura é surda, indiferente e que dormita numa caixinha à prova de realidade. Se assim o fosse, teríamos que ignorar veementemente, por exemplo,

o discurso anticolonialista da narrativa de autoras como Chimamanda Ngozi Adiche, incluindo-se aí seus ensaios, incorrendo no perigo de estarmos reproduzindo uma história única. Ignoraríamos também a poesia pós-colonial de Derek Walcott, os ensaios sobre literatura e racismo de Toni Morrison, assim como a poesia diaspórica de Warsan Shire e as obras poéticas de Claudia Rankine, Adrienne Rich, Cheryl Clarke, Rupi Kaur, Jean “Binta” Breeze, Audre Lorde e Pat Parker, entre outros nomes.

À guisa de conclusão, afirmamos as íntimas relações entre literatura e política como elementos de ação e transformação, entendendo-as como indispensáveis por possuírem o poder de agir e mudar determinadas situações, como é o caso da literatura de Harriet Beecher Stowe (1811 – 1896), cujo trabalho *A cabana do pai Tomás* (1852), embora existam ressalvas a esse respeito, teria conseguido unir o sentimento nortista dos Estados Unidos contra a política de escravização sulista, desencadeando a Guerra Civil Norte-americana. E se o livro de Stowe foi capaz de se tornar um instrumento na guerra contra a escravização de um povo, tudo o mais é possível. Para tanto, é preciso compreender que literatura não é arte decorativa e que não existe literatura inofensiva, pois toda literatura é política.

Referências

AGAMBEN, Giorgio. **O que é o contemporâneo? E outros ensaios**. Trad. Vinicius Nicastro Honesko. Chapecó, SC: Argos, 2009.

BARBOSA, Francisco de Assis. **Testamento de Mario de Andrade e outras reportagens**. Rio de Janeiro: MEC; Cadernos de Cultura, 1974.

BAUMAN, Zygmunt. **Vigilância líquida: diálogos com David Lyon**. Trad. Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

_____. **Estranhos à nossa porta**. Trad. Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar, 2017.

BENJAMIN, Walter. **Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura**. Trad. Sérgio Paulo Rouanet. São Paulo: Brasiliense, 1994.

CANDIDO, Antonio. **Literatura e sociedade**. São Paulo: T. A. Queiroz, 2000; Publifolha, 2000.

CARMO, Cláudio do. **Literatura e política: uma introdução**. Disponível em <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/soletras/article/view/33978/26599>. Acesso feito em 27 de novembro de 2022.

- CASTORIADIS, Cornelius. *Janelas sobre o caos*. Trad. Leandro Neves Cardin. Aparecida, SP: Ideias & Letras, 2009.
- COETZEE, J. M. *À espera dos bárbaros*. Trad. Luiz Araújo. São Paulo: Editora Best Seller, 1980.
- COMPAGNON, Antoine. *Literatura para quê?* Trad. Laura Taddei Brandini. Belo Horizonte: Editora UFMG. 2009.
- EAGLETON, Terry. *Marxismo e crítica literária*. Trad. Matheus Corrêa. São Paulo: Editora Unesp, 2011.
- ELIOT, T. S. *Notas para a definição de cultura*. Trad. Eduardo Wolf. São Paulo: É Realizações, 2011.
- GREENBLATT, Stephen. *Tyrant: Shakespeare on politics*. USA: W. W. Norton & Company, 2018.
- KAVAFIS, Konstandinos. *Os Poemas*. Trad. Joaquim Manuel Magalhães e Nikos Pratsinis. Portugal: Relógio D'Água Editores, 2005.
- KONDER, Leandro. *Walter Benjamin: o marxismo da melancolia*. Rio de Janeiro: Campus, 1989.
- LA BOÉTIE, Étienne de. *Discurso da servidão voluntária*. Trad. Casemiro Linarth. São Paulo: Martin Claret, 2009.
- LEAL, Angela Barros. *Jáder de Carvalho*. Fortaleza: edições Demócrito Rocha, 2000.
- MBEMBE, Achille. *Necropolítica: biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte*. Trad. Renata Santini. São Paulo: n-1 edições, 2018.
- SAID, Edward W. *Cultura e política*. Trad. Luiz Bernardo Pericás. São Paulo: Boitempo Editorial, 2012.
- SILVA, Kalina Vanderlei. *Dicionário de conceitos históricos*. São Paulo: Contexto, 2015.
- TYLOR, Edward Burnett. *Primitive culture: researches into development of mythology, philosophy, religion, language, art and custom*. Mineola, New York: Dover Publications, 2016.
- WILLIAMS, Raymond. *Recursos da esperança*. Trad. Nair Fonseca e João Alexandre Peschanski. São Paulo: Editora Unesp, 2015.